

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DE NITERÓI

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

RESULTADOS: 1º QUADRIMESTRE 2021

Niterói, 26 de Maio de 2021

RESULTADOS ATÉ O 2º BIMESTRE/2021

Receitas

Despesas

Resultados Fiscais

Resultado Orçamentário

Demonstrativo de Limites



■ APRESENTAÇÃO: 1º QUADRIMESTRE 2021



OBJETIVOS:

- Abordar, de forma resumida, a **execução orçamentária e financeira** do **1º Quadrimestre de 2021**
- Apresentar a **execução das metas de arrecadação** estabelecidas na **LDO**
(§ 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Será também apresentada a execução do **1º Quadrimestre de 2020**, para permitir uma melhor comparação dos dados. Ao longo desta exposição, buscou-se oferecer elementos para melhor compreensão dos dados contidos nos **Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO)** e nos **Relatórios de Gestão Fiscal (RGF)**, respectivamente, do 2º bimestre e do 1º quadrimestre de 2020 e 2021.

FUNDAMENTOS LEGAIS:

- O Poder Executivo deve demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública nas Casas Legislativas estaduais e municipais **até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro.**

(§ 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal)



CONCEITOS IMPORTANTES - RECEITAS

Para atender às necessidades da sociedade, o governo precisa prestar serviços e realizar obras - o que exige gastos. Sendo assim, **Receita pública** é o dinheiro que o governo dispõe para manter sua estrutura e oferecer bens e serviços à sociedade, como hospitais, escolas, iluminação, saneamento, etc. Essa arrecadação vem de impostos, de aluguéis e venda de bens, prestação de alguns serviços, venda de títulos do tesouro nacional e recebimento de indenizações.

O PROCESSO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

No orçamento, a receita precisa ser primeiro estimada. Sem uma ideia de quanto vai receber, o governo não pode ter uma ideia de quanto pode gastar. Por isso os técnicos fazem, a cada ano, uma **previsão** dos valores para evitar que o governo gaste mais do que recebe.

O próximo passo, é o **lançamento**. Isso ocorre cada vez que o governo identifica quem tem que pagar quanto e quando. É uma ideia mais concreta de quanto o governo vai receber de fato, mas ainda não significa que o dinheiro entrou nos cofres públicos.

Quando os valores são realmente obtidos pelo governo e passam a ficar disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, tem-se a **arrecadação e recolhimento** da receita. Agora, esse recurso pode ser aplicado nas políticas públicas.



Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-receita-publica>

CONCEITOS IMPORTANTES - DESPESAS

Despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.

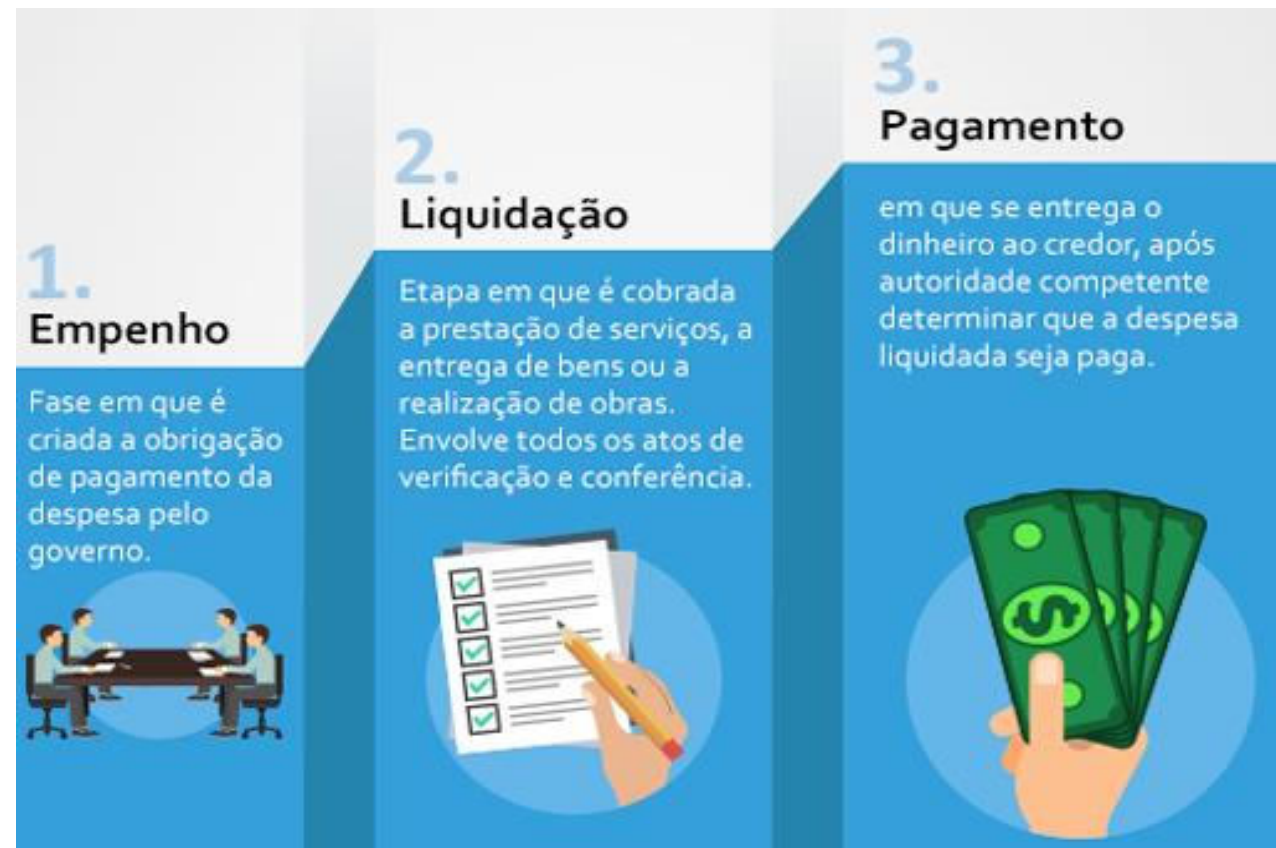
O QUE SIGNIFICA EXECUTAR A DESPESA PÚBLICA?

Significa realizar as despesas previstas no orçamento público, seguindo os três estágios presentes na Lei nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento.

O **empenho** é a etapa em que o governo reserva o dinheiro que será pago quando o bem for entregue ou o serviço concluído. Isso ajuda o governo a organizar os gastos pelas diferentes áreas do governo, evitando que se gaste mais do que foi planejado.

Já a **liquidação** é quando se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou. Ou seja, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como acordado.

Por fim, se estiver tudo certo com as fases anteriores, o governo pode fazer o **pagamento**, repassando o valor ao vendedor ou prestador de serviço contratado.



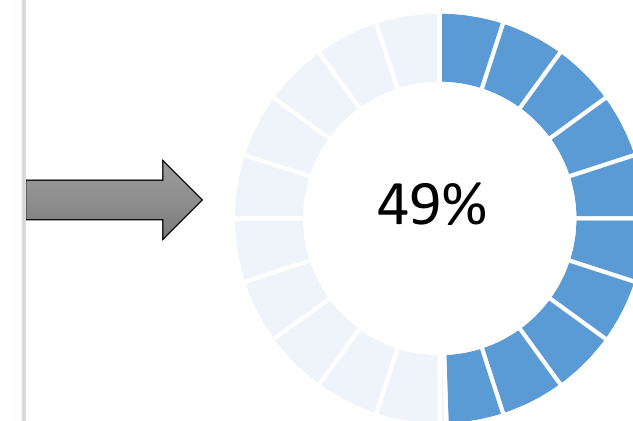
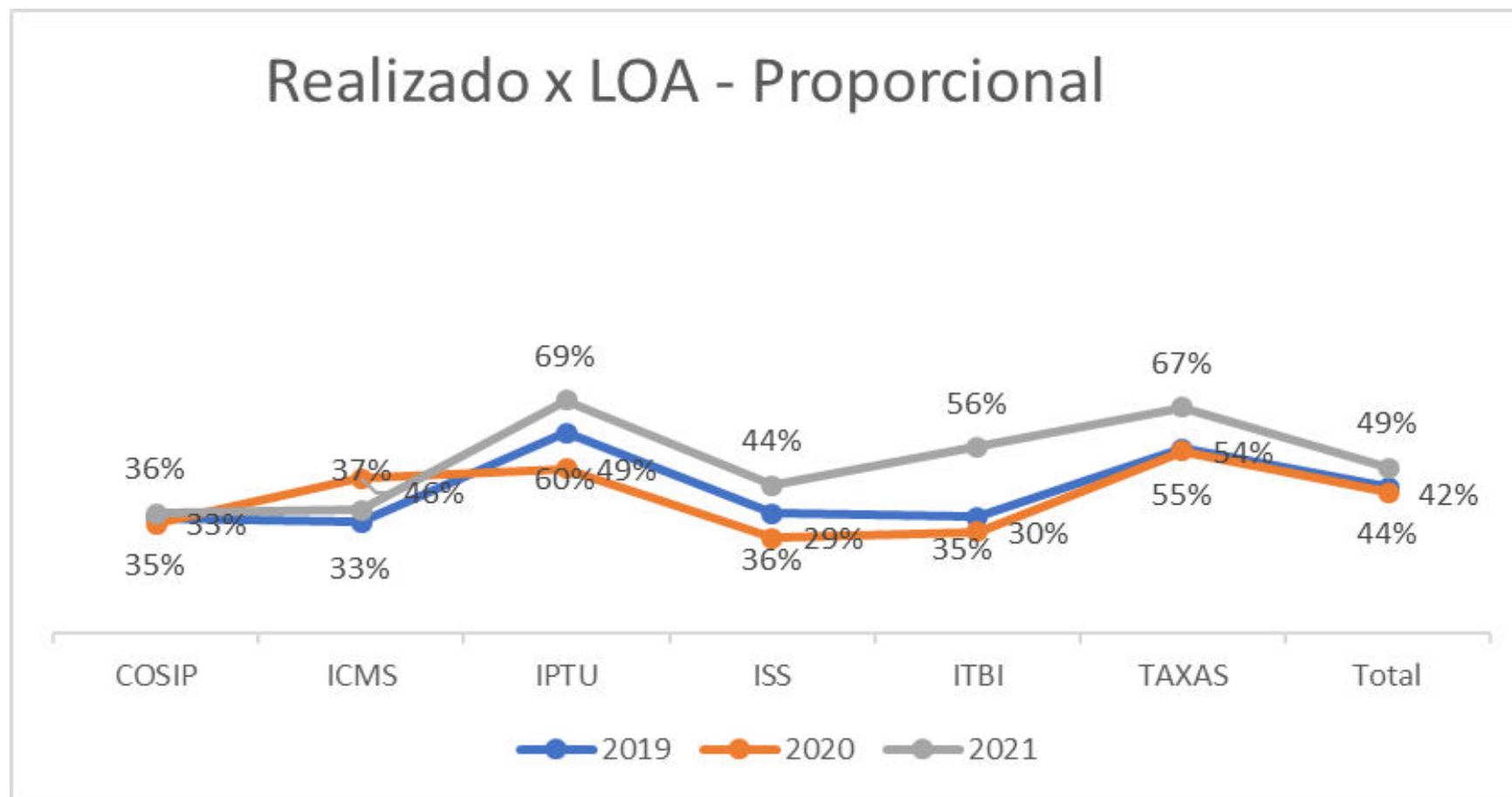
Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica>



RESULTADOS FISCAIS

1º QUADRIMESTRE / 2021

RECEITAS TRIBUTÁRIAS ARRECADADAS ATÉ 04/2021



Fonte: Subsecretaria da Receita, abril/2021.

RECEITAS PRÓPRIAS

2021			
RECEITA	LOA	ARRECADAÇÃO	%
IPTU	R\$ 376.669.483,00	R\$ 242.033.623,67	64%
ISS	R\$ 273.416.748,00	R\$ 113.457.501,40	41%
ITBI	R\$ 51.998.057,00	R\$ 25.866.980,61	50%
TAXAS	R\$ 47.796.613,00	R\$ 29.889.176,41	63%
COSIP	R\$ 36.981.168,00	R\$ 13.291.296,11	36%
TOTAL	R\$ 786.862.069,00	R\$ 424.538.578,20	54%

Fonte: Subsecretaria da Receita, abril/2021.

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

2021			
RECEITA	LOA	ARRECADAÇÃO	%
COTA-PARTE DO ICMS	R\$ 426.913.451,05	R\$ 224.589.824,64	53%
COTA-PARTE DO IPVA	R\$ 73.880.252,00	R\$ 70.548.754,81	95%
COTA-PARTE ROYALTIES	R\$ 910.111.754,00	R\$ 364.288.482,08	40%
COTA-PARTE DO IPI	R\$ 11.220.808,71	R\$ 6.892.134,17	61%
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 1.385.149.276,87	R\$ 479.279.091,56	35%
TRANSFERÊNCIAS PARA O SUS	R\$ 189.309.656,57	R\$ 51.882.692,79	27%
TRANSFERÊNCIAS FUNDEB	R\$ 125.000.000,00	R\$ 50.363.365,42	40%
TOTAL	R\$ 3.121.585.199,20	R\$ 1.247.844.345,47	40%

Fonte: Balancete da Receita, abril/2021.

RECEITA TOTAL – ANEXO I A

Receitas	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021	Variação (%)
Receita Correntes	R\$ 1.272.898.815,40	R\$ 1.324.526.087,30	4,06%
Receita Tributária	R\$ 405.698.695,20	R\$ 474.395.558,90	16,93%
Receita de Contribuições	R\$ 40.795.783,90	R\$ 41.320.529,60	1,29%
Receita Patrimonial	R\$ 10.328.731,30	R\$ 12.144.769,70	17,58%
Receita de Serviços	R\$ 572.747,60	R\$ 280.020,10	-51,11%
Transferências Correntes	R\$ 810.255.996,50	R\$ 789.182.275,40	-2,60%
Outras Rec. Correntes	R\$ 5.246.861,10	R\$ 7.202.933,50	37,28%
Receita de Capital	R\$ -	R\$ -	-
SUBTOTAL	R\$ 1.272.898.815,40	R\$ 1.324.526.087,30	4,06%
Rec. intra-orçamentárias	R\$ 65.792.655,30	R\$ 64.092.219,60	-2,58%
TOTAL	R\$ 1.338.691.470,70	R\$ 1.388.618.306,90	3,73%

Fonte: Anexo 1ª do RREO/ SIGFIS TCE RJ



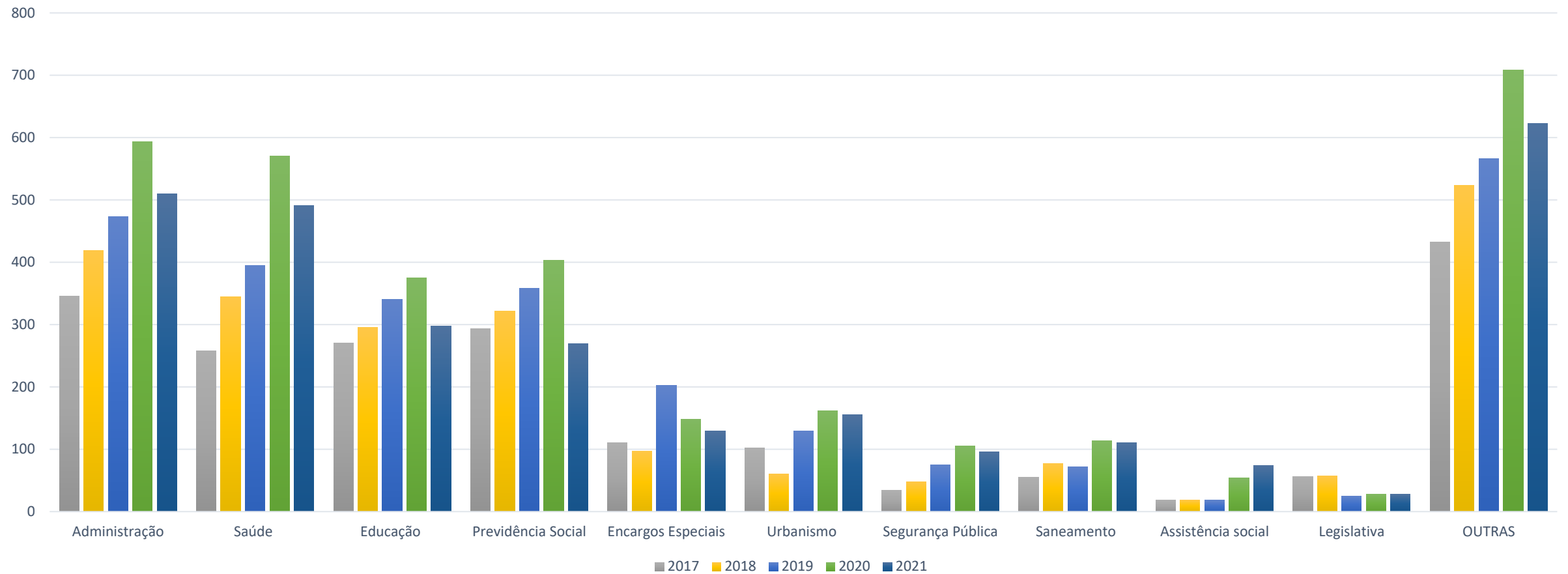
DESPESA TOTAL - ANEXO I B

Despesas Empenhadas	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021	Variação (%)
1 Despesas Correntes	R\$ 2.426.704.649,20	R\$ 2.044.870.820,70	-15,73%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.532.623.003,00	R\$ 1.193.670.612,10	-22,12%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 33.316.568,00	R\$ 27.533.460,30	-17,36%
Outras Despesas Correntes	R\$ 860.765.078,20	R\$ 823.666.748,30	-4,31%
2 Despesas de Capital	R\$ 213.495.233,00	R\$ 201.533.196,10	-5,60%
Investimentos	R\$ 184.699.346,50	R\$ 146.991.633,50	-20,42%
Amortização da Dívida	R\$ 28.795.886,50	R\$ 54.541.562,60	89,41%
3 Despesas Intra- Orçamentárias	R\$ 192.831.524,80	R\$ 181.831.025,10	-5,70%
TOTAL (1+2+3)	R\$ 2.833.031.407,00	R\$ 2.428.235.041,90	-14,29%

Fonte: Anexo 1 b - RREO/ SIGFIS TCE RJ



DESPESAS POR FUNÇÃO 2017 A 2021 (Anexo 2 RREO)



III- RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário demonstra o valor atingido pela administração pública na gestão orçamentária dos recursos. O resultado orçamentário é obtido através da diferença entre as Receitas Orçamentárias deduzidas das Despesas Orçamentárias.

Se o resultado for positivo, temos Superávit. Caso o resultado seja negativo, então se caracteriza o Déficit Orçamentário. Para apuração do Resultado Orçamentário foram considerados os valores da **Receita Arrecadada**, bem como os valores da **Despesa Empenhada** até o mês em análise.



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021	Variação (%)
RECEITAS ARRECADADAS	R\$ 1.338.691.470,70	R\$ 1.388.618.306,90	3,73%
DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 2.833.031.406,90	R\$ 2.428.235.041,90	-14,29%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-R\$ 1.494.339.936,20	-R\$ 1.039.616.735,00	-30%

[Fonte: Anexo 1 a / 1b Relatório Resumido de Execução Orçamentária 2021.](#)

- Em 2021 verifica-se que ocorreu um déficit de 1,039 bilhões, visto que a Receita Arrecadada foi inferior ao total empenhado até o 1º Bimestre.
- Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, observamos uma redução de 30% no deficit orçamentário, principalmente devido a redução na Despesa Empenhada.



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

- O cálculo dos Limites da LRF é efetuado com base na Receita Corrente Líquida (RCL). É importante por indicar os recursos que o governo dispõe a cada exercício para fazer frente as suas despesas. Ela é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Deste valor são subtraídos, principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União.

<http://observa.niteroi.rj.gov.br/>

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA:

R\$ 3.384.010.551,10

GASTOS COM PESSOAL

- Uma das principais novidades da LRF foi a fixação de limites para os gastos com pessoal. Na esfera federal, o limite máximo para gastos com pessoal é de 50% da receita corrente líquida. Para estados e municípios, o limite é de 60% da RCL. Se a despesa total com pessoal ultrapassar 95% desse limite, a LRF proíbe qualquer movimentação de pessoal que implique aumento de despesa.

<https://www.senado.gov.br/>



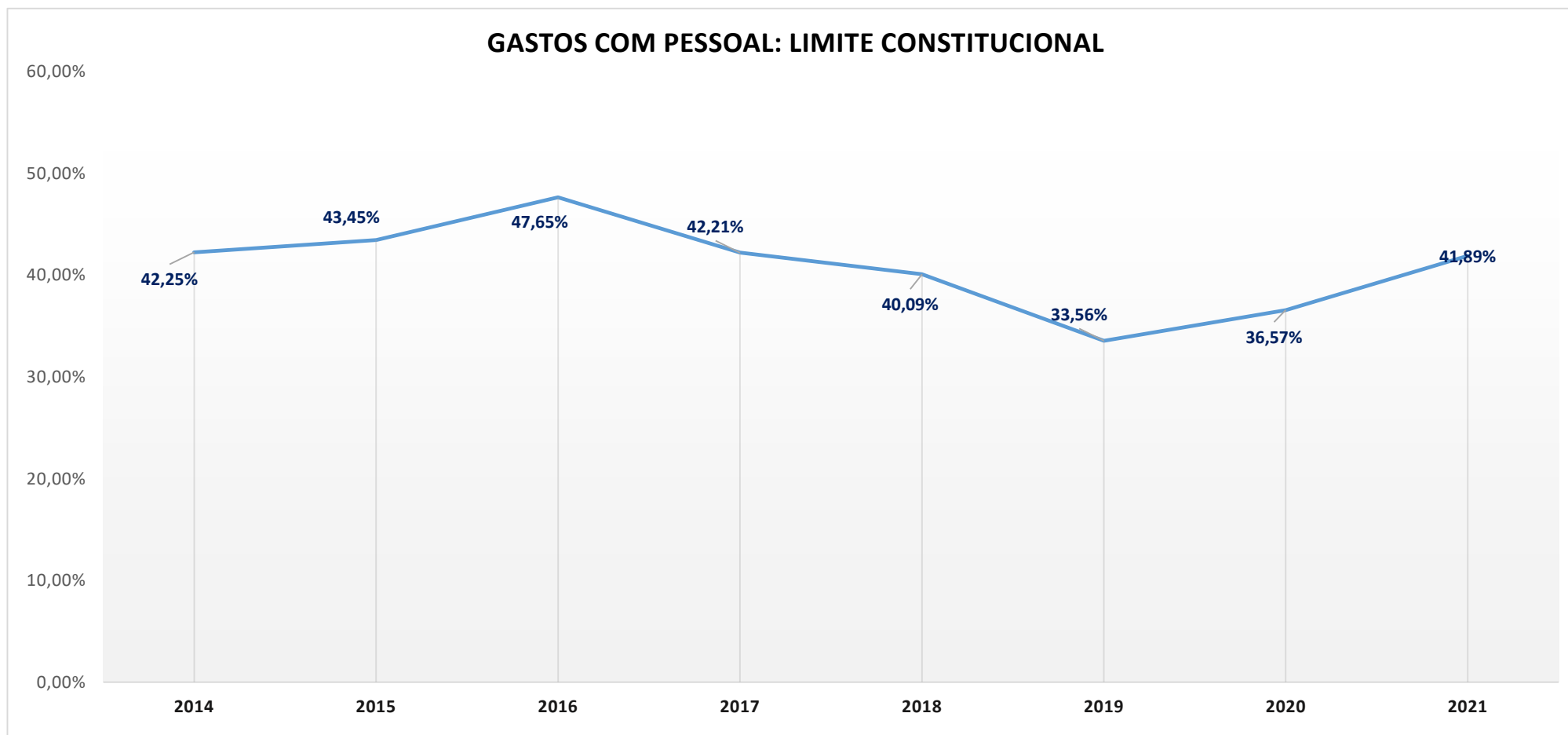
GASTOS COM PESSOAL

GASTOS COM PESSOAL		
GASTOS COM PESSOAL	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021
DESPESA COM PESSOAL	R\$ 1.271.591.124,04	R\$ 1.417.681.295,91
(%) SOBRE A RCL (Limite Máximo de 54% da RCL)	36,57%	41,89%

Fonte: Anexo 1 Relatório de Gestão Fiscal 2021.

EXPLICAR CÁLCULO DA DESPESA C PESSOAL

GASTOS COM PESSOAL



[Fonte: Anexo 4 Relatório de Gestão Fiscal 2014 a 2021.](#)

■ DÍVIDA PÚBLICA

Dívida pública é o conjunto de obrigações financeiras do setor público contraídas junto a terceiros para cobrir déficits, ou seja, quando as receitas de um determinado ente público não são suficientes para arcar com todas as despesas.

<https://portal.tcu.gov.br/comunidades/macroavaliacao-governamental/areas-de-atuacao/divida-publica/>



DÍVIDA PÚBLICA CONFORME LRF

A LRF fixa limites para o endividamento de União, estados e municípios e obriga os governantes a definirem metas fiscais anuais e a indicarem a fonte de receita para cada despesa permanente que propuserem. A partir da LRF, prefeitos e governadores foram impedidos de criar uma despesa por prazo superior a dois anos sem indicar de onde virá o dinheiro.

LIMITE DA DÍVIDA PÚBLICA: 120% DA RCL

Fonte: <https://www.senado.gov.br>



■ DÍVIDA CONSOLIDADA

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RESULTADO NOMINAL	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021
Dívida Consolidada	R\$ 704.395.301,60	R\$ 888.552.743,60
Deduções	R\$ 1.926.569.464,40	R\$ 1.516.787.576,60
Dívida Consolidada Líquida	-R\$ 1.222.174.162,80	-R\$ 628.234.833,00
(%) em relação à RCL (limite máximo de 120%)	-35,14%	-18,56%

Fonte: Anexo 2 Relatório de Gestão Fiscal 2021.

EXPLICAR AUMENTO DA DÍVIDA

■ OPERAÇÕES DE CRÉDITO

- A contratação de operações de crédito, por Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes, subordina-se às normas da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e às Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 40 e 43, de 2001.

Fonte: <http://tesouro.fazenda.gov.br/>





GASTOS COM SAÚDE

- Segundo determina a **Constituição** em seus arts. 156, 158, e 159, quinze por cento dos impostos arrecadados pelo município, deve ser destinado às ações e serviços de **Saúde** pública. Vale ressaltar que pode ser além do mínimo, porém nunca inferior ao percentual mínimo.

GASTOS COM SAÚDE

Aplicação em Saúde - ANEXO 12 RREO		
APLICAÇÃO EM SAÚDE (LIQUIDAÇÃO)	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	R\$ 650.189.308,20	R\$ 772.564.038,10
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$ 96.825.306,80	R\$ 96.261.655,10
% APLICADO	14,89%	12,46%

GASTOS COM SAÚDE

Fonte: Anexo 12 Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2014 a 2021.



GASTOS COM EDUCAÇÃO

A Constituição exige que os municípios apliquem ao menos 25% de sua receita resultante de impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento da Educação: “CF, Art. 212 (...) os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

GASTOS COM EDUCAÇÃO

Aplicação em Educação - ANEXO 8 RREO		
APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO (LIQUIDAÇÃO)	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	R\$ 650.189.308,10	R\$ 772.564.038,10
DESPESAS COM EDUCAÇÃO PARA FINS DE LIMITE	R\$ 154.245.479,14	R\$ 75.930.245,22
% APLICADO	23,72%	9,83%

Fonte: Anexo 8 Relatório Resumido de Execução Orçamentária de 2021.

EXPLICAR MUDANÇA NA BASE DE CÁLCULO 2020 LIQUIDAÇÃO, 2021 PGTO

GASTOS COM EDUCAÇÃO

Resultado Primário x Nominal: Paralelo com as Finanças Pessoais

- Na perspectiva das finanças pessoais a política fiscal de um cidadão se traduz na forma como ele administra suas receitas e despesas ao longo de um período.

A Figura 1 demonstra de modo simples um “exemplo de casa”, onde o cidadão recebe um salário de R\$ 1.000 e após deduzidas suas despesas de manutenção e investimentos do período restam-lhe R\$ 200, o que caracteriza seu resultado primário, que neste caso é um superávit.

Fonte: <https://www.gestaopublica.com.br/>

Resultados Primário e Nominal

“O exemplo de casa”

+ 1.000	Salário
(400)	Aluguel
(200)	Alimentação
(200)	Outras despesas
200	Resultado Primário
(250)	(+/-) Juros
(50)	Resultado Nominal

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um superávit primário caso seja negativa, tem-se um déficit primário.

Indica a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos.

RESULTADO PRIMÁRIO ANEXO 6A RREO			
RESULTADOS	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021	Variação (%)
RECEITAS PRIMÁRIAS	R\$ 1.267.807.762,60	R\$ 1.318.137.124,30	3,97%
DESPESAS PRIMÁRIAS	R\$ 780.589.186,30	R\$ 774.237.465,60	-0,81%
RESTOS A PAGAR PROC. PAGOS	R\$ 87.155.806,00	R\$ 87.799.093,40	0,74%
RESTOS A PAGAR NÃO PROC. PAGOS	R\$ 75.892.549,10	R\$ 104.796.419,00	38,09%
RESULTADO PRIMÁRIO	R\$ 324.170.221,20	R\$ 351.304.146,30	8,37%
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	R\$ 407.411.000,00	R\$ 50.093.000,00	

O **Resultado Nominal** é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. Essa diferença corresponde à Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP).

RESULTADO NOMINAL ANEXO 6B RREO			
RESULTADO NOMINAL	Até o 2º Bimestre de 2020	Até o 2º Bimestre de 2021	Variação (%)
Resultado Primário	R\$ 324.170.221,20	R\$ 351.304.146,30	8,37%
Variações Monetárias Ativas	R\$ 19.795.805,40	R\$ 6.345.705,30	-67,94%
Variações Monetárias Passivas	R\$ 10.874.807,50	R\$ 10.731.069,30	-1,32%
Resultato Nominal - Acima da Linha	R\$ 333.091.219,10	R\$ 346.918.782,30	4,15%
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	R\$ 427.724.000,00	R\$ 132.207.000,00	



LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

- A LRF fixa limites para despesas com pessoal, para dívida pública e ainda determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas.
- Além disso, segundo a LRF, nenhum governante pode criar uma nova despesa continuada (por mais de dois anos), sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes. Isso faz com que o governante consiga sempre pagar despesas, sem comprometer o orçamento ou orçamentos futuros.

QUADRO RESUMO	Limite Legal
Gastos Com Pessoal Poder Executivo	No máximo 54% da Receita Corrente Líquida - RCL
Dívida Consolidada Líquida	No máximo 120% da Receita Corrente Líquida - RCL
Operações de Crédito	No máximo 16% da Receita Corrente Líquida – RCL
Aplicação em Saúde	No mínimo 15% da Receita Líquida de Impostos – RLI (anual)
Aplicação em Educação	No mínimo 25% da Receita Líquida de Impostos (anual)

■ RESUMO DOS LIMITES

QUADRO RESUMO			
QUADRO RESUMO	Limite Legal	Até o 2º Bimestre de 2021	ÍNDICE (%)
Gastos Com Pessoal Poder Executivo	No máximo 54% da Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 1.417.681.295,91	41,89%
Dívida Consolidada Líquida	No máximo 120% da Receita Corrente Líquida - RCL	-R\$ 649.657.754,60	-19,20%
Operações de Crédito	No máximo 16% da Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ -	0,00%
Aplicação em Saúde	No mínimo 15% da Receita Líquida de Impostos – RLI (anual)	R\$ 96.261.655,10	12,50%
Aplicação em Educação	No mínimo 25% da Receita Líquida de Impostos (anual)	R\$ 75.930.245,22	9,83%

■ TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

A divulgação de informações públicas de forma transparente é um direito democrático dos cidadãos para que possam acompanhar o seu governo e exercer o controle social.

Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO e Relatórios de Gestão Fiscal –RGF estão disponíveis em:

<https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/>





PREFEITURA
DE NITERÓI

[INÍCIO](#) [SOBRE](#) [PORTAL DA PREFEITURA](#) [PERGUNTAS FREQUENTES](#) [MAPA DO SITE](#)
[OBSERVANIT](#) [CMTCS](#) [PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE](#) [DADOS ABERTOS](#) [SIGEO](#) [PORTAL DOS CONSELHOS](#) [SIC](#) [OUVIDORIA](#)

Acessibilidade:   [A+](#) [A-](#)

Consulta

Busque por uma palavra chave 

[🏠](#) / [Arquivos](#) / [Outras Informações](#) / [Prestação](#) / RGF - Relatório de Gestão Fiscal

- RGF 1 QUADRIMESTRE
- RGF 2 QUADRIMESTRE
- RGF 3 QUADRIMESTRE

Navegando em:

PRESTAÇÃO / RGF - RELATORIO DE GESTAO FISCAL / 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PREFEITO
Axel Schmidt Grael

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Marília Sorrini Peres Ortiz

SUBSECRETÁRIO DE CONTROLE E FINANÇAS
Heitor Pereira Moreira

SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FAZENDÁRIAS
Juan Rodrigues

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE
Yasmim da Costa Monteiro

DIRETORA DE CONTABILIDADE
Fernanda Rodrigues de Oliveira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE
João Ricardo Nunes Ribeiro

EQUIPE DA CONTABILIDADE:
Rodrigo Carvalho Ferreira
Fabiano Gomes de Oliveira
Israel Augusto Marins Moretoni
Ligia Werneck Damasceno Marins
Luciana Michelinini Kallenbach
Márcio dos Santos Noronha
Michelle da Costa Gonçalves
Renata Lopes Novello

Informações:
Telefones: (21) 2621-2400 R.236/239,
2719-4179

E-mail: fazenda@niteroi.rj.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
Palácio Araribóia nº 100
Centro de Niterói - RJ